



## RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

Processo Administrativo SEI 10260.103757/2023-41

São José dos Campos/SP, 28 de abril de 2023.

Sr. Chefe da Fiscalização,

Em atenção à ordem de serviço nº11303027-4, aberta para fiscalização em propriedade rural de [REDACTED] com base em informação colhida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo – MPE/SP em Pindamonhangaba e analisada pela Delegacia de Polícia Federal em São José dos Campos, fora realizada ação fiscal do trabalho entre os meses de março e abril de 2023, no estabelecimento localizado na Estrada Jesus Antônio de Miranda, km 17, bairro Ribeirão Grande, município de Pindamonhangaba/SP, assim como análise de documentos na Gerência Regional do Trabalho em São José dos Campos/SP, alcançando o número de 02 trabalhadores, e inseriu-se relatório de inspeção no Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT sob nº31400874-8. Assim, nos termos do art. 18 e incisos do Regulamento da Inspeção do Trabalho (previsto pelo Dec. 4.552/2002), relato o que segue.

A ordem de serviço foi aberta para cumprimento pelos Auditores Fiscais do Trabalho [REDACTED] (CIF [REDACTED]), [REDACTED] (CIF [REDACTED]) e [REDACTED] (CIF [REDACTED]).

A ação fiscal foi acompanhada por grupo interinstitucional composto por membros do Ministério Público do Trabalho – MPT, da Defensoria Pública da União – DPU e da Polícia Federal – PF.

Trata-se de ação fiscal para apuração de eventual submissão de trabalhador à condição análoga à de escravo em razão de denúncia colhida pelo MPE/SP que informava:

*O nome do idoso é [REDACTED]. O caso é de abandono, sendo que a sobrinha é quem gostaria de conversar com a Promotoria, para fins de resolver a*



*situação. O senhor reside em um local onde trabalhava, agora está muito doente e o filho do suposto patrão é quem está recebendo a aposentadoria e repassa pequena parte à ele, estando em situação de saúde precária. É um breve relato, mas ela possui fotos/vídeos que gostaria de apresentar e relatar a situação pessoalmente. Agradeço pelo retorno e aguardo o agendamento por gentileza.*

Ainda, o arrazoado do MPE/SP informava que em 14/10/2022, compareceram a Dra. [REDACTED] e a Sra. [REDACTED] as quais notificaram que o idoso estaria possivelmente sendo vítima de maus tratos, após ter sido vítima de eventual redução a situação análoga a escravo. Em síntese narram que o idoso trabalhava no local recebendo apenas comida e estadia e que, após se aposentar, os supostos patrões teriam construído um pequeno quarto para sua estadia com o dinheiro da aposentadoria do próprio idoso, sendo certo que estariam de posse do cartão de seu benefício previdenciário e se apropriando de parte do valor. Solicitam que o idoso seja encaminhado a uma das ILPIs do Município. Pelo Dr. [REDACTED] foi orientado no sentido de que, sem prejuízo do presente procedimento, que seja procurado o Ministério Público do Trabalho para avaliação da questão de eventual redução do idoso à condição análoga à de escravo no local.

O Sr. [REDACTED] foi encontrado nas dependências da propriedade rural em aparente bom acolhimento pelo Sr. [REDACTED]. Seu alojamento estava limpo e organizado. Apurou-se que o Sr. [REDACTED] não realizava atividades laborais na fazenda, se houve relação de emprego havida entre as partes, essa já não era a realidade atual.

**A denúncia afeta ao trabalhador [REDACTED] CPF [REDACTED] não restou configurada, quanto ao trabalho em condições análogas à de escravo.**

Todavia, observou-se irregularidade de falta de registro de emprego do trabalhador [REDACTED] CPF [REDACTED] que há anos se ativa em prol do estabelecimento.

Em razão da irregularidade emitiu-se Auto de Infração sob nº 22.513.08-5 e Notificação para Comprovação de Registro de Empregado – NCRE sob nº 4-2.513.078-9 em face de [REDACTED] ME (CNPJ nº 02.253.468/0001-13) – pessoa jurídica em nome do filho do Sr. [REDACTED] que efetivamente empregava o trabalhador [REDACTED].

Ao longo do mês de abril de 2023, o registro de emprego, as condições de alojamento, os recolhimentos fundiários e previdenciários, e o pagamento de férias referentes à



relação de emprego havida com o trabalhador [REDACTED] foram regularizados pelo Sr. [REDACTED].

É o que tinha a relatar e propor, encaminho à superior consideração. Reitero meus protestos de estima e consideração e coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



[REDACTED]  
Auditor-Fiscal do Trabalho  
CIF [REDACTED]